

▶ JOSÉ RICARDO

O relatório da OCDE

Enquanto o país anda entretido com o dúbio e alarmante espectáculo em torno do empreendimento Freeport, um outro caso de manifesta gravidade passou muito ao lado da opinião publicada. Trata-se de um putativo relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), no qual esta instituição internacional terá elogiado as presumíveis reformas educativas do governo. Este, como é seu timbre e tique, iniciou logo uma campanha de informação propagandística, com comunicados vários e coloridos para toda a comunicação social. E o que diz então a nota do governo? “Somente” o seguinte: “O

primeiro-ministro, José Sócrates, e a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, assistem amanhã, segunda-feira, dia 26 de Janeiro, à apresenta-



ção da avaliação feita pela OCDE das reformas realizadas no 1.º ciclo do Ensino Básico”.

Esta “avaliação” (com as devidas aspas) da OCDE aprimorara-se ao ponto de julgar que “as reformas [do governo] tiveram um grande apoio em todo o país

e irão atrair um crescente interesse internacional” (encontra-se também a aparição de umas ténues e perceptivas críticas quando refere o aconselhamento para um paradigma prático mais visível, no âmbito do aplauso geral e laudatório que constituiu a escola a tempo inteiro no primeiro ciclo de estudos).

Ora, nada disto seria preocupante se não revelasse, por parte do governo e deste ministério da educação, uma ligeira inclinação para a esquizofrenia mediática. É que, afinal, o relatório da OCDE não é da OCDE. A própria organização já desmentiu qualquer vínculo com o documento. Trata-se apenas,

como ingloriamente teve que sublinhar José Sócrates no último debate parlamentar, de um estudo que “segue de perto a metodologia e abordagem da OCDE”, mas que foi feito por – note-se o esmero titubeante – “peritos internacionais independentes” (convém também sublinhar que o âmbito geográfico de análise do estudo tem muito de – mais uma vez – estratégia política, ao remeter a investigação para sete autarquias maioritariamente socialistas e apenas dez escolas). Acontece que esse estudo levantado por “peritos internacionais” que sequeiem de perto os ditames metodológicos da OCDE, parece não passar de uma análise en-

comendada pelo governo em que nada de relevante diz no que concerne a uma verdadeira aferição qualitativa do ensino durante estes quatro anos de Maria de Lurdes Rodrigues. A questão é, portanto, sintomática: por que razão o governo encenará estes verdadeiros golpes de teatro? É aqui que me lembro da atávica frase da Ministra da Educação, aquela de perder os professores, mas ganhar a população, ou seja, a opinião pública. E, muitas vezes (demais), também a publicada.